

O Escândalo dos doutores

Renato Mezan

Colunista da Folha de S.Paulo

Abro meu e-mail e deparo com uma chamada intrigante: "A PUC-SP [Pontifícia Universidade Católica] não discrimina doutores". Quem envia a mensagem é a Assessoria de Comunicação Institucional (Acipuc): para meu espanto, fico sabendo que muitas faculdades particulares se recusam a contratar professores com título de doutor ou, mesmo, os despedem logo após a defesa. E por quê? Porque um doutor ganha alguns reais a mais que um mestre, e, este, mais do que um bacharel, licenciado ou especialista.

Dia seguinte: encontro na Ilustrada uma crônica de Moacyr Scliar, "Crime e Castigo". O coordenador está passando uma descompostura no professor, cuja frequência a um curso de pós-graduação acaba de ser descoberta: como ousa ele fazer tamanha bobagem? E dá-lhe ameaças! O professor, atônito, concorda em desistir da pós ou, pelo menos, manter secreto o seu título quando o obtiver -qualquer coisa, desde que não perca o emprego.

Os alunos que se danem: desde que paguem suas mensalidades, o que menos importa é a qualidade do que for ensinado

Conversas com colegas me fazem ver que o assunto não é, como havia pensado, uma piada de mau gosto. A "discriminação contra os doutores", por motivos que beiram o ridículo -mais R\$ 10 por hora-aula-, na maioria das vezes é um dos escândalos mais grotescos que encontramos nesse amontoado de aberrações em que se converteu o ensino superior pago neste país. Custa a crer que o aperfeiçoamento de um professor seja causa de demissão ou de não-contratação; no entanto é o que vem acontecendo em inúmeras escolas particulares. Aqueles com quem conversei a respeito estão receosos; temem ser postos no olho da rua se forem identificados. Mas suas experiências são "amargas", como me disse um deles.

Não basta, contudo, esfregarmos os olhos e nos indignarmos com esse absurdo. É preciso refletir sobre o que ele significa, sobre o descalabro que se instalou no setor pago do ensino superior. O paradoxo torna-se ainda maior se lembrarmos que, nas últimas décadas, órgãos como o CNPq [Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico], a Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] e a Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo] aplicaram centenas de milhões de reais em bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, visando à capacitação do pessoal docente e, por extensão, à melhoria do nível de ensino no país.

Apenas uma fração dos que obtêm esses títulos podem ser absorvidos pelas universidades públicas ou por escolas particulares que valorizam a titulação, como as PUCs, FGVs e algumas (poucas) outras. Quando o recém-doutor envia seu currículo ou

vai fazer uma entrevista, descobre que seu título depõe contra ele, que está "overqualified"...

Sabemos que, para credenciar um curso, o Ministério da Educação exige, entre outras coisas, uma certa cota de doutores e mestres no corpo docente; mas essa cota muitas vezes não é observada ou, quando o é, portadores de certificados de especialização (curso no qual não é preciso redigir uma tese) contam como mestres. Credenciado o curso, as verificações são esparsas e complacentes, aceitando-se explicações esfarrapadas para a insuficiência de pessoal titulado.

Estamos diante de uma concepção do ensino como mercadoria e da mão-de-obra que produz essa mercadoria como fator meramente quantitativo, cujos custos devem ser mantidos no patamar mais baixo possível.

A educação superior está estruturada como uma pirâmide: os alunos da graduação são educados por alguém que já concluiu seus estudos universitários e que busca na pós-graduação um complemento para avançar na carreira.

O título deveria ser um diferencial capaz de decidir uma contratação, como é nos concursos, mas se verifica o oposto: contanto que sejam preenchidas as horas-aula, é mais lucrativo pagar menos e selecionar um professor que tenha apenas bacharelado, argumentando que a "cota" de titulados (10%, no caso dos doutores) já está preenchida. E os alunos que se danem: desde que paguem suas mensalidades, o que menos importa a quem lhes vende um diploma é a qualidade do que for ensinado.

Todos conhecemos "universidades" em que, como nos clubes, para entrar no campus se passa um cartão pela catraca; basta estar intramuros, ainda que na lanchonete ou no cabeleireiro, para "ter presença" e não "estourar em faltas".

Conhecimento novo

A miopia dos donos dessas arapucas tem um componente de ganância e outro de ignorância, esta a respeito da diferença entre um doutor e um mestre. Um doutor não é apenas um mestre que escreveu mais uma tese; pelas regras da academia, ele pode orientar candidatos a ambos os títulos porque é um especialista em sua área e cujo trabalho foi avaliado publicamente por uma banca na qual pelo menos dois componentes devem ser de outra instituição.

Não estou idealizando o valor de um título: todos sabemos que há teses melhores e piores, departamentos mais exigentes ou menos. Mas é lícito supor que alguém que passou pelo duro teste de duas defesas de tese só pode enriquecer o curso de graduação em que vier a dar aulas.

Outro equívoco que precisa ser dissipado diz respeito ao "binômio ensino e pesquisa". Sem querer desqualificar a atividade de pesquisador, deveríamos reconhecer que muitos professores, titulados ou não, não possuem vocação para produzir conhecimento novo, que é o que significa no sentido acadêmico a palavra "pesquisa". Seu talento é transmitir o conhecimento já existente, algo tão necessário quanto pesquisar, especialmente nos cursos de graduação, nos quais se trata de equipar o aluno com o saber já acumulado naquela área de estudo.

Preparar boas aulas não é o mesmo que pesquisar; se é preciso ler, informar-se, planejar, isso não significa que quem assim procede seja um investigador desbravando as fronteiras do conhecimento. Por vezes, podem coincidir na mesma pessoa um ótimo pesquisador e um excelente professor; mas isso é raro, e é injusto exigir que seja sempre assim.

Deveríamos valorizar a figura do bom professor, empenhado em realizar seu papel da melhor forma possível. Disso, seguramente, faz parte a busca de aperfeiçoamento por

meio dos cursos de pós-graduação; esses professores deveriam ser incentivados, e não punidos -é o mínimo que se pode pensar.

O mínimo necessário

Da mesma forma, os diplomas de nível médio deveriam ser mais valorizados, melhorando o conteúdo dos cursos que os conferem e desmistificando a idéia de que somente o diploma universitário conduz a um futuro mais promissor. Inúmeros alunos de escolas particulares, sobretudo nos cursos noturnos, não têm condições -nem desejam- de fazer mais do que o mínimo necessário para obter um diploma. Por que os iludir, fazendo-os crer que, ao terminar um curso de quarta categoria, estarão dando o salto para o sucesso profissional?

Não seria mais digno e mais honesto reconhecer que um curso médio consistente teria mais efeito, com um custo muito menor de tempo e de dinheiro?

Mas isso implicaria reconhecer de público o que todos sabem: inúmeras faculdades particulares têm por objetivo principal o enriquecimento dos seus proprietários, e, para alcançá-lo, estão dispostas a vender um serviço de qualidade pavorosa. O nível do que ali é ensinado só não é pior devido à dedicação de muitos professores, que consideram sua missão utilizar a disciplina que lecionam, mesmo que seja de cunho "técnico", para formar, na parca medida do possível, o espírito dos seus alunos. É indigno que seus empregadores faturem milhões economizando tostões.

Para terminar, uma sugestão concreta: que, no projeto de reforma universitária atualmente em debate, sejam introduzidos dispositivos que favoreçam a maior capacitação do corpo docente, usando os tradicionais instrumentos empregados pelos cavaleiros para fazer andar suas montarias -a cenoura e o chicote.

Cenoura: vantagens aos cursos que tenham maior proporção de professores titulados; chicote: sanções disciplinares e monetárias (provavelmente as únicas eficazes, nesse território) contra os que, a cada ano, não aumentarem aquela proporção até chegarem a um nível aceitável de titulados -por exemplo, 50% de mestres e 30% de doutores. Quem sabe, ameaçando mexer no bolso dos empresários do ensino, o escândalo da "discriminação dos doutores" venha a se tornar mais uma das vergonhosas lembranças que o Brasil esconde nos desvãos da sua memória. Por enquanto, ele é uma chaga aberta e fede a gangrena.

Renato Mezan é professor titular da PUC-SP, autor de "Freud - A Trama dos Conceitos" (Perspectiva), entre outros livros.